



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL nº 504/2026

- Constituição Federal de 1988;
- Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002);
- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e assegura o direito ao brincar, ao lazer, à cultura, ao esporte, à convivência familiar e comunitária e ao desenvolvimento integral da criança e do adolescente.
- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei Federal nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto e reconhece o esporte educacional e de participação como instrumentos de inclusão social e promoção da cidadania.
- Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação;
- Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assegurando acessibilidade e inclusão em espaços públicos e atividades de lazer, cultura e esporte.
- Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância (Marco Legal da Primeira Infância), estabelecendo diretrizes para a promoção do desenvolvimento integral das crianças, inclusive mediante espaços públicos adequados ao brincar e à convivência.
- Lei Federal nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. (ECA DIGITAL)
- Constituição do Estado de São Paulo, de 5 de outubro de 1989, que assegura proteção integral à criança e ao adolescente e incentiva políticas públicas voltadas ao lazer, esporte, cultura e utilização dos espaços públicos.
- Lei Estadual nº 16.047, de 15 de dezembro de 2015, que institui a Política Estadual pela Primeira Infância e estabelece diretrizes para a promoção do desenvolvimento infantil, incluindo ações relacionadas ao brincar, ao lazer e à convivência comunitária.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

-Lei Municipal nº 9.995, de 1º de novembro de 1985, que cria, na Prefeitura Municipal de São Paulo, um cadastro de creches, berçários, escolas maternas e de educação infantil e outros estabelecimentos congêneres para crianças de até 6 anos de idade.

- Lei Municipal nº 11.123, de 22 de novembro de 1991, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências; alterada pelas Leis nºs 15.518/2011 e 15.911/2013.

- Lei Municipal nº 13.382, de 27 de junho de 2002, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 12.570, de 5 de março de 1998.

- Lei Municipal nº 15.114, de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a criação do Observatório de Proteção Integral à Infância e Adolescência e dá outras providências.

- Decreto nº 55.463, de 29 de agosto de 2014, que confere nova regulamentação à Lei nº 11.123, de 22 de novembro de 1991, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

- Lei Municipal nº 16.212, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.387, de 3 de fevereiro de 2016, que determina a disponibilização de brinquedos adaptados ao uso de crianças com deficiência em parques e áreas de lazer infantil, públicos e privados, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo.

- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de São Paulo, contemplando diretrizes para áreas verdes, praças e espaços públicos destinados ao convívio e ao lazer.

- Lei Municipal nº 16.710, de 11 de outubro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelo Poder Executivo na elaboração das Políticas Públicas da Primeira Infância e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 18.487, de 3 de junho de 2026 (promulgada em 8 de junho de 2026), que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal de Brincar, a ser realizada, anualmente, na penúltima semana do mês de junho.

PL 1.441/2025, Dispõe sobre a criação dos "Espaços Brincar" em praças, parques públicos e unidades educacionais do Município de São Paulo, destinados à instalação de áreas de lazer acessíveis, seguras e inclusivas para crianças, especialmente com deficiência e neurodivergentes.

PL 1292/2025 Dispõe sobre a criação dos Centros Integrados de Proteção à Criança e ao Adolescente (CIPCA), no Município de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 1287/2025 Cria Espaços Infantis nas Feiras Livres do município.

PL 1276/2025 Dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres no âmbito do Município de São Paulo.

PL 1256/2025 Dispõe sobre a provisão de salas de amamentação nas CEIs e CEMEIs da administração direta e indireta no Município de São Paulo.

PL 1239/2025 Institui o Programa “Infância Sem Tarifa”, que dispõe sobre a concessão de isenção de pagamento de tarifas no sistema de transporte coletivo municipal às crianças de até 12 anos que residam no município de São Paulo.

PL 1238/2025 Autoriza o Executivo a criar a Sala TEA+ para atendimento multidisciplinar de crianças e adolescentes portadoras do Espectro Autismo e Mães Atípicas e dá outras providências.

PL 1190/2025 Institui a declaração de Cidades-Irmãs entre os Municípios de São Paulo e Turim, na República Italiana, e dá outras providências.

PL 1184/2025 Dispõe sobre a fiscalização, prevenção e repressão à comercialização de bebidas alcoólicas adulteradas com substâncias nocivas no Município de São Paulo, estabelece sanções administrativas e dá outras providências.

PL 1153/2025 Institui o Programa SINAIS – Sistema de Identificação e Apoio ao Autismo na Infância pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras providências.

PL 1151/2025 Dispõe sobre medidas de fortalecimento institucional e melhoria da resposta dos

PL 1142/2025 Autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa de Transporte Público Esportivo Gratuito, e dá outras providências.

PL 1137/2025 Institui garantias à criança com deficiência e/ou transtornos do neurodesenvolvimento no ambiente escolar do Município de São Paulo.

PL 1099/2025 Institui diretrizes para a proteção de crianças e adolescentes no Município de São Paulo.

PL 1075/2025 Dispõe sobre a vedação de execução de músicas, vídeos ou peças com letras e coreógrafas que façam apologia a qualquer crime, ou expressem conteúdos verbais e não verbais de cunho sexual e erótico, nas unidades escolares de ensino do Município de São Paulo, e estabelece outras providências.

PL 1099/2025 Institui diretrizes para a proteção de crianças e adolescentes no Município de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 1090/2025 Rede Ligada-Rede Forte. Dispõe sobre diretrizes para a promoção da intersectorialidade nas políticas públicas voltadas à Rede Municipal de Ensino de São Paulo, com foco na superação das vulnerabilidades sociais, educacionais e estruturais, e dá outras providências.

PL 1089/2025 Dispõe sobre o Programa de Apoio Psíquico aos Familiares de Vítimas de Suicídio e Crianças e Adolescentes com tentativa de suicídio no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1075/2025 Dispõe sobre a vedação de execução de músicas, vídeos ou peças com letras e coreografias que façam apologia a qualquer crime, ou expressem conteúdos verbais e não verbais de cunho sexual e erótico, nas unidades escolares de ensino do Município de São Paulo, e estabelece outras providências.

PL 1071/2025 Institui o Programa Municipal "Resgate de Vidas", de atenção integral a crianças e adolescentes vítimas indiretas do feminicídio e da violência doméstica, no âmbito do Município de São Paulo.

PL 1061/2025 Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Fiscalização e Prevenção aos Danos Causados por Casas de Apostas Online e estabelece medidas de restrição de acesso a menores de idade no âmbito do Município de São Paulo.

PL 1057/2025 Institui o Programa de 'Cashback Educacional Paulistano'.

PL 1056/2025 Institui o Programa 'Escola 360' no Município de São Paulo, com o objetivo de estender o funcionamento das Unidades de Ensino aos finais de semana, feriados e períodos de recesso escolar para a oferta de atividades extracurriculares à comunidade.

PL 1010/2025 Cria o programa municipal Rede de Apoio à Infância - Cuidar é Viver, no município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 954/2025 Cria o Selo "Conteúdo Responsável com Participação Infantil" no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 954/2025 Cria o Selo "Conteúdo Responsável com Participação Infantil" no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 953/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção de mecanismos de proteção à infância digital nas redes públicas de internet sob responsabilidade do Município de São Paulo.

PL 941/2025 Dispõe sobre a prevenção e o combate à adultização e à exploração sexual digital de crianças e adolescentes no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 923/2025 Institui a Política Municipal de Prevenção e Combate à Exploração Sexual Infantil no Ambiente Digital, denominada "Observatório Municipal Digital Infantil", e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 917/2025 Proíbe a contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infantojuvenil que envolvam, no decorrer da apresentação, expressão de apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas ilícitas, e dá outras providências.

PL 916/2025 Dispõe sobre a prevenção e o combate à adultização infantil em conteúdos digitais e demais meios de comunicação no Município de São Paulo, veda a monetização desses conteúdos, estabelece mecanismos de proteção e dá outras providências.

PL 915/2025 Dispõe sobre a proibição de produzir, promover ou veicular conteúdos que caracterize a sexualização ou adultização infantil e autoriza o Poder Executivo a criar campanhas de conscientização no âmbito do Município de São Paulo.

PL 910/2025 Institui no Município de São Paulo a Frente de Enfrentamento Local Contra a Adultização – Lei FELCA.

PL 905/2025 Fica proibida a participação de crianças em eventos, sejam eles voltados ao público infantil ou adulto, quando estes apresentarem conteúdos, práticas ou influências que possam contribuir para a adultização precoce da infância.

PL 903/2025 Institui o Programa Municipal “Infância Plena”, de Orientação, Conscientização e Combate à Adultização Infantil, no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 861/2025 Dispõe sobre a proibição da comercialização, no Município de São Paulo, de brinquedos infantis com tecnologias de inteligência artificial que permitam interação contínua com crianças e dá outras providências.

PL 858/2025 Institui o Programa Municipal de Prevenção e Detecção Precoce de Síndromes Raras no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 833/2025 Institui a Campanha Municipal de enfrentamento à Pedofilia, cyberbullying e ao Tráfico de Crianças e Adolescentes em ambientes digitais e dá outras providências.

PL 797/2025 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia da Marcha Pró-Vida e dá outras providências.”

PL 745/2025 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos do Município de São Paulo, a Semana Municipal de Conscientização da Importância do “Retrato Falado” como Auxílio Fundamental nas Investigações Criminais, principalmente em casos relacionados ao abuso infantil, estupro, sequestro e outros crimes violentos, e dá outras providências.

PL 698/2025 Confere a profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com as crianças da Educação Infantil e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 644/2025 Dispõe sobre a garantia do acesso ao tratamento clínico especializado e precoce em distúrbios de fala e comunicação na infância no município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 626/2025 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Mês do Luto Gestacional, Neonatal e Infantil.

PL 515/2025 Estabelece diretrizes de segurança e de vigilância nas escolas da rede municipal e dá outras providências.

PL 512/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da Carteira de Identidade Nacional (CIN) no ato da matrícula nas unidades da rede municipal de ensino de São Paulo, e dá outras providências.

PL 452/2025 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir a “Semana de Conscientização por uma Internet Segura para Crianças e Adolescentes” no calendário de eventos do município de São Paulo e dá outras providências.

PL 353/2025 Dispõe sobre a realização de TesteGenético obrigatório para Síndrome de Prader-Willi, no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 204/2025 Dispõe sobre diretrizes do “Maio Laranja” de prevenção ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no município e dá outras providências.

PL 120/2025 Esta lei dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Monitoramento da Saúde Estudantil (PROMOSE) nas escolas da rede pública municipal e dá outras providências.

PL 81/2025 Dispõe sobre a Campanha de Atenção à Oncologia Pediátrica no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PR 71/2025 Cria a Frente Parlamentar de Prevenção e Combate à Adultização Infantil na Internet no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo e dá outras providências.

PR 70/2025 Dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar de combate adultização e erotização de crianças e adolescentes em ambientes digitais audiovisuais no Município de São Paulo.

PL 59/2025 Autoriza o Poder Executivo a criar no município de São Paulo identificação eletrônica de gratuidade para as crianças 03 a 06 anos que são dispensadas do pagamento de passagem

PDL 40/2025 Dispõe sobre a outorga de Salva de Prata à Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 26/2025 Proíbe a contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infantojuvenil que envolvam, no decorrer da apresentação, expressão de apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas e dá outras providências.

PR 24/2025 Dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar pela Primeira Infância.

PL 577/2024 Institui o Programa de Proteção à Infância no Ambiente Digital e dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de métodos de verificação de idade por empresas provedoras de aplicações de internet e provedores de conexão à internet no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 94/2024 Dispõe sobre a criação do Programa "VANEN - Violência Aqui Não Entra", institui o dia da Proteção Infantil no Município de São Paulo e dá outras providências

PL 706/2024 Altera a Lei Municipal nº 11.677 de 14 de novembro de 1994, que proíbe a comercialização, no Município de São Paulo, de armas de brinquedo que não possuam cores e formatos distintos das armas verdadeiras e dá outras providências.

PL 566/2025 Cria a Política Municipal Integrada para a efetivação do direito de crianças e adolescentes à Natureza e ao Meio Ambiente Saudável – PMIDCNMAS com absoluta prioridade, altera a Lei nº 11.123 de 22 de novembro de 1991 e a Lei nº 14.933, de 5 de junho de 2009, que "institui a política municipal de mudanças climáticas".

PL 240/2024, de autoria do Vereador Sansão Pereira, que institui campanha municipal de conscientização e mobilização social sobre a importância da preservação de praças, quadras e demais espaços públicos, incentivando a utilização, conservação e valorização desses locais como ambientes de convivência e lazer.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 01 de julho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068